

Para uma história de uma ordem secreta de filiação monárquica

Sociedade Secreta de São Miguel da Ala (1848-1859)

De óbvias inspirações maçónico-carbonárias, “mas com intenções absolutamente contrárias”, a Ordem de São Miguel da Ala era uma associação secreta, militante e política, sobretudo “revolucionária e anti-dinástica”, tendo D. Miguel de Bragança como força centrífuga/centrípeta. Em outras palavras, “a sociedade era Católica, Apostólica, Romana e Miguelista e, no entanto, absolutamente secreta, exigindo o juramento inviolável sobre pessoas e coisas”.

Joseph Abraham Levi

Centro de Literaturas de Expressão Portuguesa das Universidades de Lisboa

As origens da Sociedade Secreta de São Miguel da Ala encontram-se entrelaçadas com a história religiosa e político-social de Portugal, desde o carbonarismo (1820) e setembrismo (1836) e desde a oposição cartista (1842)¹ ao ministério do “entrudo” (7-9 de Fevereiro de 1842) e ao governo Terceira-Cabral², até à revolta “Maria da Fonte” (1846) e à Guerra da Patuleia (1847), para depois terminar no miguelismo. De facto, será mesmo no seio dessa última corrente política que surgirá, em 1848 – durante o reinado de D. Maria II (1826-1853) –, a sociedade secreta comumente denominada Ordem de São Miguel da Ala, a qual, devido a diversos factores, perdurou pouco mais de um decénio, dissolvendo-se em 1859, para depois “ressuscitar” nas últimas duas décadas do século XX.

¹ A Maçonaria e o Carbonarismo, se bem que tivessem origens diferentes – a primeira com um carácter “mais burguês”, o segundo sendo uma sociedade secreta principalmente política a qual aceitava indivíduos de todas as classes sociais, tendo como único requisito a compra de uma arma de fogo –, tiveram um papel importantíssimo na história político-social europeia, da Itália (seu lugar de origem) e França a Portugal e ao resto da Europa. Contudo, dados os eventos históricos do momento, não eram raros os casos em que havia membros filiados conjuntamente numa e noutra sociedade. Quanto a Portugal, basta lembrar o maçom António Bernardo da Costa Cabral (1803-1889) – Grão-Mestre da Maçonaria (1841), Conde e Marquês de Tomar (1845 e 1878) – e a proclamação da Carta no Porto (1842).

² António José de Sousa Manuel e Meneses Severim de Noronha (1792-1860), Marquês de Vila Flor e Duque da Terceira (1832), por ter defendido a ilha açoriana contra os ataques miguelistas. Entre 1834 e 1860, foi chefe do Governo e Ministro da Guerra.

Os ideais maçónicos de um mundo intelectual e humanamente mais aberto, livre (quer religiosa quer politicamente) e, portanto, liberal e democrático, à procura de “leis feitas [...] [por] delegados eleitos por sufrágio universal”³ – ideais esses que tiveram o seu esplendor e apogeu na fundação da Grande Loja maçónica de Inglaterra⁴ – chegaram a Portugal entre as primeiras três e as últimas três décadas do século XVIII, sendo obviamente influenciados e impulsionados pelos arquétipos de liberdade e autodeterminação da Revolução Americana (04-07-1776) e, mormente, pelas aspirações de igualdade de todos os cidadãos, perante a Lei Humana, desejos esses propulsionados pela Revolução Francesa (14-07-1789), ponto de ruptura com o *ancien régime*, não só gálico mas também, e principalmente, de pensar antiquado, elitista e reaccionário. O absolutismo régio e as tradições reaccionárias da Igreja, mesmo quando confrontados pela evidência mais óbvia, eram talvez dois dos mais “ferozes inimigos das liberdades humanas” e, portanto, tinham de ser combatidos. Nas palavras do estudioso Borges Grainha (1862-1925):

“[...] a base da Maçonaria era, e é ainda, a libertação do espírito, desembaraçar-se de todos os dogmas que não possam ser provados nem discutidos e a prática de princípios demonstrados pela Ciência, em substituição das crenças que carecem de base. Estas ideias são diametralmente opostas às normas da Igreja Católica, que, crendo ser a única na posse da verdade, impôs o seu dogmatismo, exigindo obediência cega, e não admite tolerância em matéria religiosa”⁵.

De facto, embora ilegais e perseguidas pelas autoridades régias, já na primeira metade do século XVIII – mais especificadamente em 1733, introduzidas pelo maçom escocês Gordon – o número de Lojas maçónicas em Portugal aumentava a ritmo vertiginoso, umas compostas de católicos (como a Casa Real dos Franco-Maçons da Lusitânia) e outras de protestantes⁶. Só entre 1793 e 1799 foram descobertas cinco agremiações dos “pedreiros-livres”, nomeadamente uma em Coimbra, uma no Porto e três em Lisboa. Devido aos ideais maçónicos – impregnados de anélitos contemplativos, sublimes e filosóficos – muitas personalidades ligadas ao mundo das letras e das ciências, assim como da nobreza e mesmo do mundo eclesiástico⁷, recorreram a

³ Manuel Borges Grainha. *História da Franco-Maçonaria em Portugal. (1733-1912)*. 1912. trad. António Carlos de Carvalho. 4.ª ed. Lisboa: Vega, 1986. 23.

⁴ Em Fevereiro de 1717, as quatro Lojas de Londres fundiram-se para formar a Grande Loja de Inglaterra.

⁵ Manuel Borges Grainha. *História da Franco-Maçonaria em Portugal. (1733-1912)*. 1912. trad. António Carlos de Carvalho. 4.ª ed. Lisboa: Vega, 1986. 13.

⁶ Caderno 108 do “Promotor da Inquisição de Lisboa”. Lisboa, Arquivos Nacionais da Torre do Tombo; Luz Soriano. *História da Guerra Civil e do estabelecimento do governo parlamentar em Portugal, compreendendo a história diplomática, militar e política d’este reino desde 1777 até 1834*. 15 vols. Lisboa: Imprensa Nacional, 1866-1893; Luz Soriano. “Procédures curieuses de l’Inquisition de Lisbonne contre les Francs-Maçons”, in *História da Guerra Civil e do estabelecimento do governo parlamentar em Portugal, compreendendo a história diplomática, militar e política d’este reino desde 1777 até 1834*. 15 vols. Lisboa: Imprensa Nacional, 1866-1893; Miguel António Dias. *Annaes e Código dos Pedreiros Livres em Portugal*. 1853. Ericeira: Sol Invictus Atelier, 1990; John Coustos, Louis-Philippe Boitard, William Strahan e Eberard Digby Pepys. *The Sufferings of John Coustos, for Free-Masonry, and for his Refusing to Turn Roman Catholic, in the Inquisition at Lisbon: where he Was Sentenc’d, During four Years, to the Galley; and Afterwards Releas’d from Thence by the Gracious Interposition of his Present Majesty King George II. To Which is Annex’d, The Origin of the Inquisition*. Londres: W. Strahan, 1746.

⁷ Entre eles, bispos, frades, padres e leigos.

esta corrente misteriosa, oculta, secreta, “pagã”, antiga (com raízes em Adão e Eva ou, segundo outros, nos patriarcas hebraicos), mística e, por vezes, esotérica, mas não religiosa, na acepção dogmática mais pura da palavra. Pois, não podemos esquecer o “carácter ‘anti-religioso’ da Maçonaria”, sobretudo tendo em conta o seu espírito, o qual “é essencialmente o da ‘liberdade e da fraternidade, da libertação mental, do progresso e da solidariedade. As suas bases são a ciência e a beneficência, e o seu trabalho principal consiste em levar a Ciência a servir a felicidade da Humanidade’⁸”.

Contudo, segundo fontes historicamente ainda não comprovadas, esta agremiação teria tido os seus primórdios nos momentos históricos que seguiram a tomada cristã de Santarém, aquando da vitória de D. Afonso Henriques (1111-1185) contra os Muçulmanos que ainda ocupavam partes do território lusitano (711-1249)⁹, no dia 8 de Maio de 1147, durante as celebrações da Festa de São Miguel do Monte Gargano¹⁰.

Porém, uma outra tradição alude à aparição milagrosa de São Miguel num momento decisivo durante a supracitada conquista de Santarém (1147). Consequentemente, quase cinco lustros mais tarde, em 1171, D. Afonso Henriques teria fundado a Ordem Equestre e Militar de São Miguel, também denominada Ordem de São Miguel da Ala, ou Asa, para assim solenizar e imortalizar este momento da história da Reconquista Lusitana contra os “invasores” muçulmanos¹¹.

Sempre segundo esta fonte, os prosélitos desta nova confraria teriam seguido a Regra de São Bento, “sendo uma das ordens militares de cavalaria sufragâneas da Ordem de Cister de Santa Maria de Alcobaça designada por *Prelado*”¹². Conforme às *Constitutiones Militum S. Michaelis sive de Ala* (1630) – muito provavelmente o primeiro estatuto da confraria de São Miguel da Ala –, os sequazes da Ordem encontravam-se divididos em duas categorias, uma religiosa e uma secular, provindo os membros desta última classe dos escalões da nobreza e da alta aristocracia/burguesia, enquanto que os eclesiásticos pertenciam à supracitada Ordem de Cister (fundada em 1098).

Pouco mais de oito lustros depois, em 1672, o inglês Elias Ashmole (1617-1692), no seu estudo sobre as Instituição, as Leis e as Cerimónias da Ordem da Jarreteira, ou seja, *The Institution, Laws & Ceremonies of the Most Noble Order of the Garter*, cita a

⁸ Manuel Borges Grainha. *História da Franco-Maçonaria em Portugal. (1733-1912)*. 1912. trad. António Carlos de Carvalho. 4.ª ed. Lisboa: Vega, 1986. 13-14.

⁹ Com a conquista de Faro e das restantes terras algarvias (1249) – nomeadamente, Silves, Albufeira e Porches –, pode-se finalmente considerar concluída a conquista cristã do território muçulmano ao sul de Lisboa. Terminavam, assim, quinhentos e trinta e oito anos de “dominação” muçulmana em solo português. Quanto à vizinha Espanha, esta deveria esperar mais duzentos e quarenta e três anos antes de final e oficialmente se livrar do “jugo” muçulmano (711-1492), sendo isto possível só com a unificação de Aragão e Castela.

¹⁰ O Arcanjo Gabriel foi celebrado, pela primeira vez, na Frígia, a 29 de Setembro, mas o mundo católico festeja a sua aparição a 8 de Maio. Segundo a tradição, a aparição de São Miguel deu-se por volta do ano 492 da Era Vulgar, no Monte Gargano, no Sul da Itália. Quanto a Portugal, veja-se a efígie de D. Afonso Henriques no Convento do Carmo, Museu da Associação de Arqueólogos, Lisboa, cuja didascália diz: “El Rei D. Afonso Henriques, que esta vila tomou aos Mouros em dia de São Miguel, 8 de Maio de 1147”.

¹¹ Bernardo de Brito. *Crónica de Cister*, 1630; Bernardo de Brito, António Brandão e José Pereira Tavares. *Historiografia alcobacense; excertos da “Monarquia lusitana” e da “Crónica de Cister”*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1940.

¹² Carlos Evaristo. *A Real Irmandade de São Miguel da Ala. História e Estatutos*. [n.pl.]: Fundação Histórico-Cultural Oureana, 2001. 16.

Confraria de São Miguel da Ala, atribuindo-lhe palavras de encómio pela sua dedicação à protecção e preservação do Catolicismo, ao mantimento das fronteiras político-geográficas de Portugal contra a presença ameaçadora dos “infiéis” muçulmanos e, seguindo os ditames bíblicos, ao amparo oferecido aos menos favorecidos da sociedade, sobretudo os órfãos e as viúvas¹³. Além disso, também temos de mencionar a “propagação da devoção ao Arcanjo São Miguel da Ala”, dado que este mensageiro divino foi sempre aclamado “de Anjo da Paz, e Anjo Custódio da nação [portuguesa] ou Anjo de Portugal”.¹⁴

Quase duas décadas mais tarde, em 1691, o Abade Ascanio Tamburino (m. 1666), na sua obra póstuma *De Jure Abbatum, et Aliorum Praelatorum*, menciona o ano em que o Papa Alexandre VIII (1689-1691) assina uma bula reconhecendo e, sobretudo, aprovando a existência, entre outras, da Irmandade de São Miguel da Ala, denominada *Ordo Equitum S. Michaelis sive de Ala*, ou seja, Ordem Equestre de São Miguel da Ala¹⁵.

Um ano mais tarde, o Abade Bernardo Giustiniani — na sua obra *Historie Cronologiche dell'origine degl'Ordini Militari e di tutte le Religioni Cavalleresche* — também menciona a confraria portuguesa, oferecendo um inventário (talvez) completo dos cavaleiros que pertenciam à dita Ordem até ao ano de 1667, assinaladamente, até à regência de D. Pedro II (1683-1706). Segundo o eclesiástico italiano, durante os primeiros quinhentos e dezoito anos de existência da Ordem, ter-se-iam sucedido vinte e três presidentes da Confraria, denominados Grão-Mestres, os quais, seguindo o exemplo de D. Afonso Henriques, também exerceram as funções de soberanos do país¹⁶.

Estas e outras menções à irmandade de São Miguel da Ala, aos seus membros e, sobretudo, às suas actividades em prol da Humanidade, da Cristandade (entenda-se, o Catolicismo) e de Portugal, continuaram a circular pela Europa, sobretudo “entre os Séculos XVII e XVIII, constituindo assim prova irrefutável da continuidade e actividade da Ordem desde a sua criação [1147] até à época”¹⁷.

Quanto ao período entre os últimos decénios da Época Moderna (1453-1789) e as primeiras décadas do século XX, talvez a única obra que oferece um vasto e comprovado leque de informações sobre as actividades da Ordem de São Miguel da Ala seja o já citado estudo sobre a *História da Franco-Maçonaria em Portugal* (1912) de Manuel Borges Grainha.

De óbvias inspirações maçónico-carbonárias, “mas com intenções absolutamente contrárias”¹⁸, a Ordem de São Miguel da Ala era uma associação secreta, militante e política, sobretudo “revolucionária e anti-dinástica”, tendo D. Miguel de Bragança como força centrífuga/centrípeto. Em outras palavras, “a sociedade era Católica,

¹³ Elias Ashmole. *The Institution, Laws & Ceremonies of the Most Noble Order of the Garter and a Brief Account of all Other Military Orders of Knighthood in England, Scotland, France, Spain, Germany, Italy, Swedeland, Denmark, &c. : with the Ensigns of the Several Orders*. Londres: Thomas Dring, 1672. 70.

¹⁴ Carlos Evaristo. *A Real Irmandade de São Miguel da Ala. História e Estatutos*. [n.pl.]: Fundação Histórico-Cultural Oureana, 2001. 21.

¹⁵ Ascanio Tamburino de Marradio. *De Jure Abbatum, et Aliorum Praelatorum*. 3 vols. Lugduni: Sump-tibus Laurentii Anisson, 1650.

¹⁶ Bernardo Giustiniani. *Historie Cronologiche dell'origine degl'Ordini Militari e di tutte le Religioni Cavalleresche*. 2 vols. Veneza: Combi & LaNou, 1692. 1: 428-433.

¹⁷ Carlos Evaristo. *A Real Irmandade de São Miguel da Ala. História e Estatutos*. [n.pl.]: Fundação Histórico-Cultural Oureana, 2001. 21.

¹⁸ Manuel Borges Grainha. *História da Franco-Maçonaria em Portugal. (1733-1912)*. 1912. trad. António Carlos de Carvalho. 4.ª ed. Lisboa: Vega, 1986. 145.

Apostólica, Romana e Miguelista e, no entanto, absolutamente secreta, exigindo o juramento inviolável sobre pessoas e coisas”¹⁹. De facto estes serão os primeiros artigos dos seus *Estatutos*, os quais incluem os seguintes deveres: ser uma ordem secreta, militante e política (artigo 1.º); apoiar e defender a Religião Católica, Apostólica, Romana (artigo 2.º); restaurar a legitimidade portuguesa; quando e se for necessário, recorrer às armas para cumprimento dos seus fins (artigo 4.º); guardar segredo inviolável sobre as pessoas e as coisas (artigo 5.º); o Grão-Mestrado da Ordem competia aos reis portugueses, *primus inter pares* a D. Miguel I e, após a sua morte ou incapacidade, aos seus sucessores legítimos (artigo 28.º). Assim,

“[a] Grã-Mestria da Ordem [...] seria continuada pelos seus legítimos sucessores na Chefia da Casa Real Portuguesa da linha Miguelista, ou seja os herdeiros do Trono e da Coroa de Portugal. A herança do título de “Grão-Mestre Nato da Ordem de São Miguel da Ala” seria sempre reconhecida à nascente do primogénito dos descendentes sucessores de D. Miguel I”²⁰.

Os três graus de organização interna, típicos de uma sociedade iniciática, como a Maçonaria e a supracitada Carbonária, também são visíveis na constituição interna da Ordem de São Miguel da Ala. As condições/etapas de *Aprendiz*, *Companheiro* e *Mestre* deram assim lugar aos seguintes seis níveis organizativos: *Noviços*, *Cavaleiros*, *Comendadores*, *Grã-Cruzes*, *Mestres* e um *Grão-Mestre* (artigos 11.º ao 21.º)²¹. Os *Noviços*, por sua vez, dividiam-se entre os graus de “aspirante, pagem e escudeiro”. Os *Cavaleiros* encontravam-se divididos em duas categorias, ambas denominadas de *professos*. Os *Dignitários*, como a palavra sugere, abrangiam os *Comendadores* e os *Grã-Cruzes*, enquanto os *Mestres* compreendiam quer os *Mestres* propriamente ditos quer o *Grão-Mestre*, ambos superiores a todas as outras divisões²².

Entre os *Mestres* maçons existia um grupo formado pelos mais antigos e mais estimados, de entre os quais se escolheriam quer o Grão-Mestre quer os outros funcionários da Ordem com altos cargos executivos. De sete graus, o Rito Escocês passou a ter vinte e cinco e depois trinta e três graus; o Rito Francês, também denominado Moderno, contava, ao invés, com sete graus. Mas havia outros ritos, cujos graus variavam entre sete e noventa e dois. Todos os ritos tinham em comum o Rito Simbólico, ou seja, três graus, assinaladamente, a representar “a tripla força de bem pensar, bem dizer e bem agir”²³. Estes seriam os alicerces de todos os demais ritos maçónicos do orbe terráqueo. Mais tarde, porém, o Rito Simbólico foi reestruturado, chegando a reunir dezoito lojas, embora mantendo os três graus iniciáticos.

Quanto à Ordem de São Miguel da Ala, ao invés, cada agremiação de *Noviços*, juntamente com os seus respectivos *Cavaleiros*, formava um *Colégio*. Um grupo de *Colé-*

¹⁹ Manuel Borges Grainha. *História da Franco-Maçonaria em Portugal. (1733-1912)*. 1912. trad. António Carlos de Carvalho. 4.ª ed. Lisboa: Vega, 1986. 146.

²⁰ Carlos Evaristo. *A Real Irmandade de São Miguel da Ala. História e Estatutos*. [n.pl.]: Fundação Histórico-Cultural Oureana, 2001. 21.

²¹ Joaquim Martins de Carvalho. *Apontamentos para a História Contemporânea*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1868.

²² “Ala (Sociedade secreta de S. Miguel)”, in *Portugal. Dicionário Histórico, Chorographico, Heráldico, Biographico, Bibliographico, Numismático e Artístico*. Esteves Pereira e Guilherme Rodrigues, eds. 7 vols. Lisboa: João Romano Torres Editores, 1904. 1: 114.

²³ Manuel Borges Grainha. *História da Franco-Maçonaria em Portugal. (1733-1912)*. 1912. trad. António Carlos de Carvalho. 4.ª ed. Lisboa: Vega, 1986. 45.

gios, acompanhados pelos seus Comendadores, por sua vez, formava um *Capítulo*. Por fim, um conjunto de *Capítulos*, com o seu *Grão-Cruz* correspondente, formava uma *Província* (artigo 23.º). Obviamente, os *Grão-Mestres* encontravam-se acima de todas estas divisões.

D. Miguel I, a 3 de Julho de 1855, numa carta endereçada a um membro da Ordem com o pseudónimo de Egas Moniz²⁴, relata ser o restaurador da Ordem de São Miguel da Ala, ou melhor, apelando-se à antiga tradição desta agremiação – ligada a um episódio da história da expansão territorial de Portugal (1147) e da Reconquista Lusitana aos Muçulmanos (711-1249) –, declara-se aquele que dá vida nova a esta irmandade dos primórdios (1147) e, para incentivar os seus (potenciais) adeptos, promete recompensas, se ele conseguir voltar a Portugal e, conseqüentemente, subir ao trono:

“[...] a minha estima por todos os serviços prestados pelos meus fiéis vassallos, os leais portugueses que pertencem à Ordem de São Miguel da Ala que, sabendo os seus nomes e os seus serviços, uns não serão nunca esquecidos e os outros receberão a recompensa em relação com a sua importância [...] todos os serviços prestados à Ordem lhes serão reconhecidos como se tivessem sido feitos em qualquer classe ou ramo de serviço público aos quais tivessem pertencido [...]”²⁵.

Daqui se depreende, então, que com este incentivo, juntamente com a “missão religiosa” de cada adepto – ou seja, a de manter Portugal um País Católico, Apostólico e Romano, e, portanto, não contaminado por seitas ou ideias heterodoxas –, a Ordem de São Miguel da Ala apelava quer à religião (o Catolicismo) quer ao patriotismo mais puro para protestar contra as mudanças político-sociais que estavam a afectar a estabilidade de Portugal. Em outras palavras, D. Miguel era, para os irmãos da Ordem, a resposta à estabilidade, à harmonia e à autonomia portuguesas, onde religião (o Catolicismo) e poder régio, intrinsecamente unidos entre si, poderiam resistir e, conseqüentemente, responder com força e determinação às mudanças político-sociais da primeira metade do século XIX.

Devido ao facto de D. Miguel se encontrar exilado no estrangeiro (1824-1828 e 1834-1866), os irmãos da Ordem de São Miguel da Ala, apoiados por outros partidários fiéis à causa miguelista, mais especificadamente denominada “legitimista”, fundaram um jornal, a *Nação*, cujos fins financeiros eram, entre outros, os de “procurar dinheiro para as despesas de D. Miguel no estrangeiro”²⁶.

Os liames com as associações secretas, como os supracitados Maçons e Carbonários, são visíveis nos métodos usados para tornar críptica e, portanto, incompreensível aos de fora a correspondência entre membros da Ordem, quer em Portugal quer entre Portugal e o estrangeiro. Entre eles, o mais notável é o sistema de escrita que substituiu as letras do alfabeto romano por símbolos gráficos:

²⁴ De uma carta de D. Miguel, datada de 23 de Junho de 1859, resulta que os adeptos da Ordem adoptavam pseudónimos comumente tomados dos nomes dos membros da primeira Ordem de São Miguel da Ala (1147).

²⁵ Carta de D. Miguel a Ega Moniz, Palácio de Heubach, 3 de Julho de 1855, in Joaquim Martins de Carvalho. *Apontamentos para a História Contemporânea*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1868.

²⁶ Manuel Borges Grainha. *História da Franco-Maçonaria em Portugal*. (1733-1912). 1912. trad. António Carlos de Carvalho. 4.ª ed. Lisboa: Vega, 1986. 148.

“[...] as letras são substituídas por números cortados por um ou dois traços e alguns sem traço. As palavras são divididas por vírgulas; as conjunções, as partículas e os artigos por um traço horizontal —; e os períodos por dois traços horizontais =. [...] Nas abreviaturas pode-se notar que geralmente empregam-se cinco pontos em forma de cruz, mas em alguns documentos limitam-se a dois pontos: um por cima do outro”²⁷.

É interessante reparar na similitude entre os símbolos maçónicos e carbonários e a pontuação miguelista, esta última adoptada pela Ordem de São Miguel da Ala:

“Confrontando com os três pontos em forma de triângulo (direito ... como na Maçonaria ou invertido ... como no Carbonarismo) consegue-se reconhecer que o símbolo maçónico e carbonário é o triângulo, enquanto o símbolo miguelista era a cruz ou as cinco chagas de Cristo”.

O sigilo absoluto sobre qualquer tipo de actividade fez com que a existência da Ordem de São Miguel da Ala fosse mantida na escuridão. De facto, só depois da sua extinção, em 1859, é que foram divulgados dados sobre a sua existência, ou seja, quase uma década após a dispersão ou falecimentos de muitos dos seus membros:

“A notícia da reestruturação e continuidade da Ordem de São Miguel da Ala e a actividade secreta e militante dos seus Cavaleiros em Portugal só vieram a público em 1868, já depois de o Rei D. Miguel ter falecido em 1866. Nessa altura já toda a actividade social, organizada, secreta e militante dos seus cavaleiros tinha sido oficialmente suspensa, em 1859, por decisão de D. Miguel, sendo que a actividade do Mestrado do Porto só terminou em 1861”²⁸.

Após a morte de D. José (1750-1777), sucedeu-lhe ao trono D. Maria I (1777-1792; † 20 de Março de 1816) e com ela voltou o espírito conservador e retrógrado que o Marquês de Pombal (1699-1782) tanto tentou erradicar. Durante o seu reinado, assim como o dos restantes monarcas portugueses, de D. João VI (1816-10 de Março de 1826) até ao fim da monarquia com D. Manuel II (1908-1910; † 2 de Julho de 1932) as actividades da Ordem de São Miguel da Ala ficaram “suspensas”, a qual só reapareceu na última década do século XX. As tentativas de restaurar a Ordem, a 4 de Agosto de 1981 ficaram arquivadas até ao 27 de Outubro de 1987, altura em que:

“[...] Dom Duarte de Bragança, publicamente afirmou, para o esclarecimento dos que erradamente achavam a Ordem se São Miguel extinta, que a comunidade da Ordem era mantida pelo título que apresenta de Soberano Grão-Mestre Nato da Ordem de São Miguel da Ala”²⁹.

Logo depois, no mesmo ano, a Santa Sé aceitou tal declaração como verdadeira, reiterando o facto da continuidade da Ordem através do tempo, apesar de não terem

²⁷ Manuel Borges Grainha. *História da Franco-Maçonaria em Portugal. (1733-1912)*. 1912. trad. António Carlos de Carvalho. 4.ª ed. Lisboa: Vega, 1986. 150.

²⁸ Carlos Evaristo. *A Real Irmandade de São Miguel da Ala. História e Estatutos*. [n.pl.]: Fundação Histórico-Cultural Oureana, 2001. 22.

²⁹ Carlos Evaristo. *A Real Irmandade de São Miguel da Ala. História e Estatutos*. [n.pl.]: Fundação Histórico-Cultural Oureana, 2001. 25.

existido Grão-Mestres desde a morte de D. Miguel, em 1866. A Ordem de São Miguel da Ala foi, portanto, prontamente reinserida na lista das ordens activas, sendo o seu nome apagado do rol das ordens extintas³⁰. Contudo, foi só no início do século XXI, a 29 de Setembro de 2000, que o Duque de Bragança finalmente ordenou:

“[...] a preparação de Estatutos para a criação de uma Real Irmandade para “a preservação da memória e tradições da Ordem de São Miguel da Ala”, a “consagração de Irmãos a São Miguel”, e também para servir de “único complemento activo e social organizado” para aqueles que tenham sido investidos com títulos e condecorações honoríficos da mesma Ordem e queiram integrar a Irmandade como Irmãos”³¹.

Bibliografia

- “Ala (Sociedade secreta de S. Miguel)”, in *Portugal. Dicionário Histórico, Chorographico, Heráldico, Biographico, Bibliographico, Numismático e Artístico*. Esteves Pereira e Guilherme Rodrigues, eds. 7 vols. Lisboa: João Romano Torres Editores, 1904. 1: 114.
- Ashmole, Elias. *The Institution, Laws & Ceremonies of the Most Noble Order of the Garter and a Brief Account of all Other Military Orders of Knighthood in England, Scotland, France, Spain, Germany, Italy, Swedeland, Denmark, &c. : with the Ensigns of the Several Orders*. Londres: Thomas Dring, 1672.
- Bély, Lucien. *El Monte Saint-Michel*. Rennes: Éditions Quest, 1983.
- Brito, Frei Bernardo de. *Crónica de Cister*. 1630.
- Brito, Bernardo de, António Brandão e José Pereira Tavares. *Historiografia alcobacense; excertos da “Monarquia lusitana” e da “Crónica de Cister”*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1940.
- Caderno 108 do «Promotor da Inquisição de Lisboa». Lisboa, Arquivos Nacionais da Torre do Tombo.
- Carvalho, Joaquim Martins de. *Apontamentos para a História Contemporânea*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1868.
- Constitutiones Militum S. Michaelis sive de Ala*. Ordem de Cister, 1630.
- Déceneux, Marc. *Mont-Saint-Michel. Histoire Sacrée et Symbolique*. Rennes: Éditions Quest, 1993.
- Dias, Miguel António. *Annaes e Código dos Pedreiros Livres em Portugal*. 1853. Ericeira: Sol Invictus Atelier, 1990.
- Duren, Peter Bander van e Hyginus Eugene Cardinale. *The Cross on the Sword supplement to ‘Orders of Knighthood, awards and the Holy See’*. 3.^a ed. [Gerrards Cross]: Van Duren, 1983.
- Evaristo, Carlos. *A Real Irmandade de São Miguel da Ala. História e Estatutos*. [n.pl.]: Fundação Histórico-Cultural Oureana, 2001.
- Giustiniani, Bernardo. *Historie Cronologiche dell’origine degl’Ordini Militari e di tutte le Religioni Cavalleresche*. 2 vols. Veneza: Combi & LaNou, 1692.
- Grainha, Manuel Borges. *História da Franco-Maçonaria em Portugal. (1733-1912)*. 1912. trad. António Carlos de Carvalho. 4.^a ed. Lisboa: Vega, 1986.
- _____. trad. *História do Colégio de Campolide da Companhia de Jesus em Lisboa*. 1913.
- _____. *Catálogo da Província Portuguesa da Companhia de Jesus no começo do ano de 1910*. 1911.
- _____. *O Portugal Jesuíta*. 2.^a ed. Lisboa: Typ. e Stereotypia Moderna, 1893.
- _____. *Os Jesuítas e as Congregações Religiosas em Portugal nos últimos 30 Anos*. 1891.

³⁰ Desde 1983, a Ordem de São Miguel da Ala aparece listada no suplemento de Peter Bander van Duren e Hyginus Eugene Cardinale. *The Cross on the Sword Supplement to ‘Orders of Knighthood, Awards and the Holy See’*. 3.^a ed. [n.pl.]: Van Duren, 1983, assim como na obra de Hyginus Eugene Cardinale. *Orders of Knighthood, Awards, and the Holy See*. Gerrards Cross: Van Duren, 1983.

³¹ Carlos Evaristo. *A Real Irmandade de São Miguel da Ala. História e Estatutos*. [n.pl.]: Fundação Histórico-Cultural Oureana, 2001. 26.

- L., R.A. "Ala", in *Dicionário de História de Portugal*. Ed. Joel Serrão. 7 vols. [Lisboa]: Iniciativas Editoriais, 1975-2000. 1: 70-71.
- Peres, Damião, ed. *História de Portugal. Edição Monumental*. 8 vols. + 2 supl. Barcelos: Portu-calense Editora, 1928-1937.
- S. Luiz, Francisco de. *Memória sobre a Instituição da Ordem Militar da Ala atribuída a El-Rei D. Afonso Henriquez*. Lisboa: Tipografia da Academia Real das Ciências, 1843.
- "São Miguel e outros Santos mais". *Expresso* 13 de Maio de 1995. 115-115.
- Soriano, Luz. *História da Guerra Civil e do estabelecimento do governo parlamentar em Portugal, compreendendo a historia diplomatica, militar e politica d'este reino desde 1777 até 1834*. 15 vols. Lisboa: Imprensa Nacional, 1866-1893.
- _____. "Procédures curieuses de l'Inquisition de Lisbonne contre les Francs-Maçons," in *História da Guerra Civil e do estabelecimento do governo parlamentar em Portugal, compreendendo a historia diplomatica, militar e politica d'este reino desde 1777 até 1834*. 15 vols. Lisboa: Imprensa Nacional, 1866-1893.
- Tamburino de Marradio, Ascanio. *De Jure Abbatum, et Aliorum Praelatorum*. 3 vols. Lugduni: Sumptibus Laurentii Anisson, 1650.

